POLÍTICA

politica@grupoatarde.com.br

APPS Plataformas de delivery ignoram regra e podem ser punidas

www.atarde.com.br/politica

TRABALHO PEC reduz jornada para 40 horas, e empresários alertam sobre custo para as empresas

Fim da escala 6x1 avança com vitória histórica do governo na Câmara

CÁSSIO MOREIRA

Bruno Spada / Camara dos Deputados

Com 461 votos favoráveis e 19 contrários, proposta obteve uma das mais expressivas maiorias da legislatura

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, a PEC que extingue a escala 6x1 e reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas — uma das maiores vitórias legislativas do governo Lula e a mais ampla reforma trabalhista desde a Constituição de 1988. O placar foi de 461 votos a 19 no 2º turno.

A aprovação foi recebida com preocupação pelo setor produtivo. Confederações patronais e associações empresariais alertam que a medida eleva custos operacionais e pode forçar cortes de pessoal, com impacto desproporcional sobre pequenas e médias empresas. "As pequenas e médias empresas vão ser afetadas muito mais que as grandes. As grandes têm como minimizar esse impacto, mas as pequenas (...) não têm como fazer isso", afirmou Ademar Pinheiro Lemos, presidente do Sinderc-BA.

A proposta altera a Constituição para fixar o limite de oito horas diárias e 40 horas semanais, com duas folgas remuneradas por semana, uma delas preferencialmente aos domingos. A redução será implementada em duas etapas: nas primeiras oito semanas após a promulgação, a jornada cairá para 42 horas; nos 12 meses seguintes, atingirá o limite final de 40 horas. O texto segue ao Senado.

O relatório foi apresentado pelo deputado baiano Leo Prates (Republicanos), que resistiu à tentativa patronal de estender a transição para até dez anos. O acordo final fixou 14 meses — aceito pelo governo após recusar, inicialmente, qualquer fase de adaptação. A PEC foi capitaneada por Reginaldo Lopes (PT-MG) e Erika Hilton (PSOL-SP), cujas propostas originais previam jornada de 36h, convergindo para as 40h em consenso negociado.

A resistência empresarial encontrou eco parcial na oposição, que tentou obstruir a votação em manobra liderada por Sóstenes Cavalcante (PL). O movimento fracassou e isolou a bancada: o próprio PL terminou votando pela aprovação, sob protesto interno.

A correlação de forças favorável ao governo coexiste com ambiguidade na opinião pública. Pesquisa AtlasIntel/A TARDE, divulgada na segunda-feira, mostrou que 56,3% dos brasileiros temem que a redução da jornada prejudique o funcionamento dos estabelecimentos, e 33,4% se declararam contrários a qualquer mudança.

Lula abraçou a bandeira ao longo dos últimos meses. No pronunciamento do Dia do Trabalhador, transmitido em rede nacional, invocou o histórico de resistência a conquistas como o salário mínimo e o 13º salário para defender a aprovação. Para o cientista político Cláudio André de Souza, colunista de A TARDE, o governo soube ler o momento.

"O fim da escala 6x1 é um tema muito forte, que impacta grande parte do eleitorado. O governo entendeu que era uma pauta com adesão social", avaliou. Com a PEC avançando para o segundo turno, o Planalto projeta transformar a reforma em ativo político central da campanha de reeleição, em outubro.

LEIA MAIS SOBRE O ASSUNTO NA PÁGINA B4

Três baianos apoiam texto na comissão especial

Antes do plenário, a comissão especial da Câmara que analisou o fim da escala 6x1 aprovou, por 34 votos a 4, a PEC que reduz gradualmente a jornada de trabalho. Três deputados baianos titulares da comissão votaram a favor — Paulo Azi (UB), Lídice da Mata (PSB) e Zé Neto (PT).

O relator da matéria, deputado Léo Prates (Republicanos), defendeu que o texto equilibra a preservação dos direitos do trabalhador com flexibilidade para o empregador organizar a relação de trabalho.

Relator na CCJ, Paulo Azi reconheceu o avanço para os trabalhadores, mas ponderou: "Vamos votar esperando que, num segundo momento, a Câmara possa discutir alternativas para mitigar os impactos em determinados setores."

Lídice da Mata classificou a votação como um momento histórico. "É absolutamente legítimo que continuemos defendendo as 36 horas semanais e a escala 4x3, mas agora é hora de vencer esta etapa e garantir esse direito ao trabalhador brasileiro", disse.

Zé Neto chamou atenção para os impactos da jornada sobre as mulheres. "Esse é um passo decisivo para melhorar a produtividade e, principalmente, cuidar mais das mulheres, que são as maiores vítimas das jornadas excessivas", declarou.

ATLASINTEL

Farmácia Popular e IR lideram aprovação de Lula em maio

DA REDAÇÃO

A gratuidade de medicamentos no Farmácia Popular e a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 5 mil são as políticas mais bem avaliadas do governo Lula, com aprovação de 83% e 81% dos entrevistados, respectivamente. Os dados são da pesquisa AtlasIntel/Bloomberg divulgada nesta quinta-feira, 28. Na outra ponta, a tentativa de fiscalizar transações via Pix acima de R$ 5 mil é classificada como erro por 53% dos brasileiros.

O levantamento indica que medidas percebidas como redutoras de gastos cotidianos concentram os maiores índices de apoio popular. Além da liderança do Farmácia Popular e da isenção do IR, a revogação do imposto sobre compras internacionais de baixo valor — a chamada "Taxa das Blusinhas" — registrou 66% de aprovação, fechando o bloco de políticas mais bem avaliadas do mês. O resultado reforça uma tendência já observada em levantamentos anteriores: o eleitor responde com mais intensidade a políticas de efeito imediato no bolso.

Em contrapartida, propostas de regulação financeira acumularam as piores percepções da pesquisa. A fiscalização mais rígida sobre transações via Pix acima de R$ 5 mil foi a medida mais rejeitada: 53% dos entrevistados a classificam como um erro do governo.

O Pix se consolidou como a principal ferramenta de pagamentos e transferências do País, e a opinião pública se mostrou avessa a intervenções percebidas como controle estatal sobre seu uso, apesar de não haver nenhuma medida em vigor nesse sentido.

Ao todo, o levantamento ouviu 5.032 pessoas pela internet, tem margem de erro de ±1 ponto percentual e foi coletado entre os dias 13 e 18 de maio de 2026. O nível de confiança é de 95%. A pesquisa está registrada no Tribunal Superior Eleitoral sob o código BR-06939/2026.

DIÁLOGO

Bruno Reis sela acordo com oposição por emendas inéditas

GABRIELA ARAÚJO

Os vereadores de oposição da Câmara Municipal de Salvador (CMS) fecharam acordo com o prefeito Bruno Reis (União Brasil) e garantiram emendas parlamentares no valor de R$ 1,2 milhão por parlamentar. É a primeira vez, segundo o líder do bloco, que a minoria consegue emendas para suas indicações na casa. O acerto foi selado em reunião realizada na tarde de ontem, conforme adiantado pelo A TARDE na última segunda-feira.

O líder da oposição, vereador Randerson Leal (Podemos), foi o responsável pela articulação que viabilizou o acordo. Ele classificou o resultado como inédito na história da câmara municipal. "É um fato histórico para a Câmara de Salvador, pois nunca houve emenda para oposição", afirmou.

A destinação dos recursos ficou definida da seguinte forma: 50% para saúde, 25% para educação e 25% para obras. Quanto ao mecanismo de repasse, Leal explicou que cada vereador está autorizado a encaminhar ofícios com suas indicações de obras à Secretaria de Governo (Segov). Os pedidos serão analisados pela pasta antes da liberação dos recursos.

O prefeito também foi elogiado pelo oposicionista pelo tratamento dado à negociação. "O prefeito recebeu a gente de forma transparente e republicana", disse Leal.

Regulamentação

A formalização do modelo de repasse deve ocorrer a partir de 2027, por meio de projeto de lei a ser enviado à CMS, como determina o rito regimental. A expectativa é que a nova norma estabeleça critérios mais claros para a distribuição dos recursos entre os parlamentares. "A partir de 2027, a Câmara deve regulamentar um sistema transparente de emendas", afirmou Leal.